

## DA INFANTA BRANCA AFONSO À D. BRANCA DE GARRETT

por Sandra Amaral Monteiro

O presente texto procura perspectivar o tema destas Jornadas, "As relações de fronteira no século de Alcanices", a partir de um conjunto de memórias que retratam o percurso de uma personagem de fronteira que foi contemporânea do tratado de Alcanices. Refiro-me à infanta Branca Afonso (1259-1321), filha primogénita de Afonso III de Portugal e da rainha Beatriz Afonso de Castela.

Começa por analisar as imagens fixadas pela crónica medieval portuguesa, ou seja, as memórias de um itinerário feminino marcado pelas relações político-diplomáticas luso-castelhanas<sup>1</sup>. Confronta-as, em seguida, com o retrato oitocentista e romântico traçado por Almeida Garrett no poema narrativo *D. Branca*, no qual o passado medieval dos contactos e tensões entre a Cristandade e o Islão se sobrepõe à temática da conturbada definição do espaço fronteiriço entre Portugal e Castela<sup>2</sup>. Interrogar estes dois tipos de

---

<sup>1</sup> No conjunto das fontes crónicas adiante especificadas, as referências à infanta Branca Afonso estão inseridas nos textos dedicados às narrativas do reinado de Afonso III. Para um conhecimento das fontes castelhanas e para um contacto com os vários posicionamentos historiográficos suscitados pela infanta na historiografia espanhola, consulte-se a obra de Sagredo Fernández, *Doña Blanca de Portugal (1295-1321). Señora del Real Monasterio de Las Huelgas de Burgos y de la villa de Briviesca*, Burgos, 1973.

<sup>2</sup> Garrett inaugura, mas não esgota, as imagens oitocentistas construídas em torno desta personagem. Veja-se a adaptação do poema de Garrett no "Argumento da Ópera *D. Branca*". in *Argumentos de Ópera*, música de Alfredo Keil, Teatro S. Carlos, Typ. Lisbonense, Lisboa, 1888, fls. 13-13v. ou a sua relação com um posterior texto de J. Freire de Serpa Pimentel, *O Almançor Aben-Afan, Último Rei do Algarve*, 1840.

memória tem como objectivo compreender como o lugar que foi atribuído à infanta nas narrativas da construção das fronteiras portuguesas (ela própria uma *prática de identidade*, no sentido a que se refere Rita Costa Gomes<sup>3</sup>) se relaciona com um determinado tipo de leitura do passado, configurada e configuradora de identidades.

A figura de Branca Afonso permite aceder a um período de intensas relações entre os diferentes reinos hispânicos num contexto de definição de fronteiras no interior da cristandade peninsular e desta face ao Islão, no quadro da *Reconquista*. Os contactos, como é sabido, oscilaram entre o conflito militar e a tentativa de conciliação de interesses por via da política e da diplomacia, colocando em palco diversos protagonistas, desde os membros das famílias dinásticas e outros círculos nobiliárquicos até às ordens religiosas militares e os concelhos<sup>4</sup>.

Não foi esquecido que os registos das recordações deste passado remetem para um universo essencialmente masculino, mas, por isso, interessa seguir o modo como Branca Afonso nele se individualizou (ganhou *nome e rosto*, para usar uma expressão de Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura<sup>5</sup>). À semelhança do que aconteceu com outras mulheres da sociedade cristã medieval, deve a sua inscrição na memória do passado hispânico à conjugação de elementos enquadráveis nos jogos de sucessão e alianças no interior do reino e em Castela, como sejam: a condição de infanta, a posse de riqueza e a administração de património, o papel no seio da família, a vocação religiosa face à vida amorosa, ou ainda a relação com a cultura. Em suma, ao facto de terem sido considerados

---

<sup>3</sup> Cf. Rita Costa Gomes. "A construção das fronteiras", in *A memória da nação. Colóquio realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, 7-9 Outubro 1987*, org. F. Bethencourt e D. Ramada Curto. Lisboa, Liv. Sá da Costa Editora, 1991, p.358.

<sup>4</sup> Cf. Id., *ibid.*, p. 366. Para um balanço actualizado do período correspondente aos reinados de Afonso III e do seu filho, Dinis, vejam-se as análises de José Mattoso. *A monarquia feudal (1096-1480), História de Portugal*, dir. J. Mattoso, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 133-163. e Leontina Ventura e Armando Luís de Carvalho Homem, *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325). Do condado Portucalense à crise do século XIV*, coord. M. H. da Cruz Coelho e A. L. de Carvalho Homem, *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III, Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 123-163.

<sup>5</sup> Cf. "A mulher como um bem e os bens da mulher", in *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais. Actas do colóquio*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social - Faculdade de Letras, 20-22 Março 1985, p.64. Para uma introdução à problemática da mulher na historiografia portuguesa ver, na mesma obra, o artigo de J. Mattoso, "A mulher e a família", pp.35-49.

relevantes vários aspectos da sua vida familiar e afectiva, política, religiosa e cultural.

Antes de passar a uma análise mais concreta da estrutura das representações da Infanta nas crónicas medievais portuguesas e no poema oitocentista, convém reter alguns dados da sua biografia, com base em informações retiradas de fontes narrativas e diplomáticas mencionadas em vários estudos dedicados à época em que viveu<sup>6</sup>.

Branca Afonso acumulou ao longo da sua vida um extenso património em território português e castelhano resultante de doações. Atenemos em alguns exemplos mais significativos. Do pai, Afonso III, recebeu a vila de Montemor-o-Velho, doação vitalícia e hereditária, desde que não casasse fora de Portugal. Do irmão, o rei Dinis, recebeu o senhorio de Torres Vedras e de Montalvão, em troca da vila de Campo Maior<sup>7</sup>. Possuía, igualmente, um extenso senhorio herdado de sua mãe na região de Alcarria (Cifunte, Viana, Alcocer), cuja venda a envolveu indirectamente no conflito pela regência castelhana que surgiu entre a rainha, infantes e ricos-homens durante a menoridade de Afonso XI<sup>8</sup>.

A partir do reinado de Sancho IV, e após ter antes estado com a mãe em Sevilha entre 1283 e os finais de 1285, por motivos relacionados com a herança deixada por Afonso X ou apenas para o acompanhar no final da vida, Branca Afonso estabelece senhorio em Castela, onde sempre irá manter relações de grande cordialidade, respeito ou mesmo de estima e afecto com os vários monarcas castelhanos<sup>9</sup>. Foi, por isso, uma peça importante nas difíceis relações bilaterais entre Portugal e o reino vizinho, tendo inclusivamente desempenhado missões diplomáticas a pedido de D. Dinis, no contexto das negociações sobre a demarcação da fronteira que antecederam o tratado de Alcanices, bem como nas que se reportam às

---

<sup>6</sup> Cf. Leontina Ventura, *A nobreza de corte de Afonso III*, Dissertação de Doutoramento, vol. II, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1992, pp. 527-530 e 534-537; Salvador de Moxó, "La sociedad política bajo Alfonso XI", in *Cuadernos de História*, Anexos de la Revista *Hispania*, vol. VI, Madrid, Instituto Jerónimo Zurita, CSIC, 1975, pp. 187-326 e especialmente pp. 207-208; Mercedes Gaibrois de Ballesteros, *Sancho IV de Castilla*, Madrid, Revista de Archivos, Bibliotecas e Museos, 1922, tomo I- p. 18, 80, 161 e 165, tomo II- pp. 68-69, 278, 377-378 e 392-395 e tomo III- CDVIII.

<sup>7</sup> Para informações mais detalhadas, ver Leontina Ventura, *op. cit.*, pp. 534-537.

<sup>8</sup> Aspectos desenvolvidos por Salvador de Moxó, *op. cit.*, p. 188 e ss. e pp. 207-208.

<sup>9</sup> Cf. Leontina Ventura, *ibid.*, pp. 535-536 e Salvador de Moxó, *op. cit.*, pp. 207-208.

disputas políticas que envolveram diversos elementos da nobreza e das casas régias peninsulares<sup>10</sup>.

No âmbito dos senhorios eclesiásticos, foi senhora e protectora do mosteiro feminino cisterciense do Lorvão<sup>11</sup>, e não sua monja, como se deduz pela soma legada em 1284 para o seu casamento pelo avô, Afonso X de Leão e Castela<sup>12</sup>. É possível que tenha usado este dinheiro para adquirir o senhorio do mosteiro (também cisterciense e feminino) das Huelgas de Burgos<sup>13</sup>.

Independentemente de a cidade de Burgos ter ou não sido vista neste caso específico como espaço de "degradação linhagística" e de exercício por parte de mulheres da alta nobreza de liberdades que escapam ao controlo do universo normativo masculino<sup>14</sup>, o certo é que também para a infanta Branca Afonso se constituiu como um local de afirmação da sua personalidade e individualidade. Nesse sentido, a fixação na considerada capital de Castela-a-Velha permitiu-lhe, para além do acesso a condições propícias a uma esclarecida administração do seu vasto património, a penetração no mundo das riquezas e sociabilidades urbanas, fornecendo-lhe os rendimentos e os meios susceptíveis de promover a construção de amplas solidariedades femininas, bem visíveis nas relações que estabelece com outras personagens da alta nobreza e, nomeadamente, no auxílio prestado às donzelas fidalgas que acolhe no mosteiro<sup>15</sup>.

A ligação da Infanta a específicos interesses culturais, nomeadamente o seu amor pelas letras, encontra-se patente em vários episódios conhecidos da sua vida no mosteiro burgalês. Sabemos ter promovido a tradução do árabe *Livro das Batalhas de Deus* pelo converso Rabi Abner<sup>16</sup> e ter recebido de Afonso X um conjunto de códices<sup>17</sup>, para além de ter legado a Maria de Molina vários livros e escritos do seu acervo cultural<sup>18</sup>.

<sup>10</sup> Cf. Luís Krus. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico. Geografia dos livros de linhagens medievais portuguesas (1280-1380)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, p.208, nota 490. Ver ainda Salvador de Moxó, *op. cit.*, pp. 207-208.

<sup>11</sup> Cf. Leontina Ventura. *ibid.*, p. 535. Luís Krus aponta o ano de 1277 - *op. cit.*, p. 208, nota 490.

<sup>12</sup> Argumentação de Sánchez Moguel referida por Gaibrois de Ballesteros. *op. cit.*, tomo II, p.393.

<sup>13</sup> Cf. Leontina Ventura. *op. cit.*, pp. 535-536.

<sup>14</sup> Cf. Luís Krus. *op. cit.*, pp. 208-209.

<sup>15</sup> Todos estes aspectos são assinalados por Salvador de Moxó, *op. cit.*, p. 207.

<sup>16</sup> Cf. Gaibrois de Ballesteros. *op. cit.*, tomo II, p.393.

<sup>17</sup> Leontina Ventura. a partir de Carolina Michaëlis - *op. cit.*, p. 356.

<sup>18</sup> Salvador de Moxó. *op. cit.*, pp. 207-208.

Pouco tempo antes de morrer, em 1295, Sancho IV, escreveu à sobrinha Branca Afonso para que ela finalmente aceitasse ingressar como religiosa e senhora do mosteiro das Huelgas, de modo a organizar e pacificar uma vida até então pouco sossegada<sup>19</sup>. Fazia certamente referência aos amores secretos a que ela se dedicava na pessoa de um cavaleiro da corte do monarca, Pero Esteves Carpinteiro ou Pero Nunes Carpinteiro<sup>20</sup>, de quem teria tido um filho ilegítimo, Juan Nunes de Prado, futuro mestre da Ordem de Calatrava<sup>21</sup>. A infanta morreu em 1321 em Espanha, tendo sido sepultada no mosteiro das Huelgas<sup>22</sup>.

Tendo presentes estas notas biográficas, importa agora atentar nas representações fixadas na cronística medieval portuguesa relativas a Branca Afonso<sup>23</sup>. As diferentes crónicas que registam a memória da infanta concedem-lhe um espaço variável na economia da narrativa, o que pode ser relacionado com o contexto em que foram produzidas e com a função da imagem que pretendem configurar<sup>24</sup>.

Assim, se a *IV Crónica Breve de Santa Cruz*, onde o passado do reino é perspectivado em função da valorização do prestígio do mosteiro, se limita a mencionar o nome da "Jfante dona Branca", no contexto da filiação de Afonso III e de Beatriz Afonso<sup>25</sup>, dois anos

---

<sup>19</sup> Cf. Gaibrois de Ballesteros, *op. cit.*, tomo II, pp.377-378.

<sup>20</sup> O primeiro nome é avançado por Sánchez Moguel, sendo contestado, em favor do segundo nome, por Gaibrois de Ballesteros, *op. cit.*, tomo II, p. 393, nota g.

<sup>21</sup> A existência destes amores ilícitos, mencionados na *Crónica de Afonso XI* e repetida em Rui de Pina, Rodríguez Acenheiro, Faria e Sousa e Duarte Nunes de Leão, foi contestada por vários autores sem argumentação convincente, segundo Gaibrois de Ballesteros (*op. cit.*, tomo II, p. 393, nota g).

<sup>22</sup> Cf. Leontina Ventura, *ibid.*, p. 534 e Gaibrois de Ballesteros, *op. cit.*, tomo II, p. 393, nota g.

<sup>23</sup> As imagens da mulher nas referidas fontes, incluindo um tratamento específico da figura de Branca Afonso, foram recentemente estudadas por Ana Maria Oliveira. *As representações da mulher na cronística medieval portuguesa. Séculos XII a XII*. Dissertação de Mestrado em História Medieval, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997, pp. 246-249.

<sup>24</sup> Um tratamento global da cronística medieval portuguesa pode ser encontrado em Luís Krus. "Crónica", in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. e coord. Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa, Editorial Caminho, 1993, pp. 173-175. Para um enquadramento na historiografia do mesmo período ver, do mesmo autor, "Historiografia medieval", *op. cit.*, pp. 312-315 e ainda A. H. de Oliveira Marques, "Historiografia. Na Idade Média", in J. Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, pp. 418-420 e J. Veríssimo Serrão, *A historiografia portuguesa. Doutrina e crítica*, vol. I, Lisboa, 1972, pp. 11-144.

<sup>25</sup> *IV Crónica Breve de Santa Cruz*, ed. António Cruz, in *Anais, Crónicas Breves e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, ed. António Cruz, Porto,

depois, a *Crónica Geral de Espanha de 1344* amplia a memória da infanta, no quadro de uma visão senhorial do passado do reino. Referencia-a então como "hua filha que ouve nome dona Branca que jouve nas Olgas de Burgos e foy ende senhora e fez muyto bem"<sup>26</sup>. O ambiente de concórdia hispânica reflectido na menção ao senhorio burgalês de Branca Afonso e no elogio da sua actuação em terras castelhanas, ecos demonstrativos da unidade ibérica motivada pela vitória cristã do Salado<sup>27</sup>, repete-se no início do século XV, no texto da *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, para quem Branca, na sequência da informação do conde de Barcelos, se continua a lembrar como "senhora das Olgas de Burgos"<sup>28</sup>.

Relativamente diferente se revela a recordação da infanta na *Crónica dos sete primeiros reis de Portugal*, um texto derivado da Crónica de 1419, escrita por Fernão Lopes, e preocupado com a reformulação das memórias "oficiais" de uma realeza portuguesa independente da peninsular<sup>29</sup>. Aí se refere esta irmã de D. Dinis como "Jffante que ouve nome Dona Branca, que foy senhora do mojsteiro do Loruão e hy moreo, segumdo a Coronjqua d Espanha faz memção"<sup>30</sup>, sendo de realçar a substituição da referência ao mosteiro castelhano de Burgos pelo do Loruão, tanto enquanto espaço privilegiado de exercício do seu senhorio, como de lugar de sua morte.

1968. p.147. Sobre esta crónica ver o artigo de Luís Krus, "Crónicas Breves de Santa Cruz", in *op. cit.*, p. 194.

<sup>26</sup> *Crónica Geral de Espanha de 1344*, ed. L. Lindley Cintra, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983-1990, p.242. Já anteriormente o conde de Barcelos associara a sua memória às Huelgas de Burgos: ai "morreo, onde foi sempre senhora e i jaz" - *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, ed. por José Mattoso, Lisboa, 1980, 7C9 (citado por Luís Krus, *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico*...., p.208, nota 490).

<sup>27</sup> Para além do estudo de L. F. Lindley Cintra presente na edição da crónica, veja-se Luís Krus, "*Crónica Geral de Espanha de 1344*", in *Dicionário da Literatura Medieval*...., pp. 189-190.

<sup>28</sup> *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, ed. Fernando Venâncio Peixoto Fonseca, separata do "Boletim de Trabalhos Históricos", vol. XXXVII, Guimarães, 1986, p.18. Sobre esta crónica, cf. Luís Krus, "*Crónica Breve do Arquivo Nacional*", in *op. cit.*, pp. 175-176.

<sup>29</sup> *Crónica dos sete primeiros reis de Portugal*, ed. C. da Silva Tarouca, vol. I, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1952-1953. Sobre este texto ver Luís Krus, "Crónica de Portugal de 1419", in *op. cit.*, pp. 185-186. Sobre Fernão Lopes, cf. Teresa Amado, "Fernão Lopes", in *Dicionário da Literatura Medieval*...., pp. 271-273; Id., *Fernão Lopes, contador de História*, Lisboa, Editorial Estampa, 1991 e Maria Ângela Beirante, *As estruturas sociais em Fernão Lopes*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984.

<sup>30</sup> *Crónica dos sete primeiros reis de Portugal*, vol. I, 1952, p. 253.

No início do século XVI, Rui de Pina sintetiza os dois tipos de memória, aumentando significativamente o espaço dedicado à infanta<sup>31</sup>. Assinala a sua recepção, ainda muito jovem, "por Senhora do Mosteyro de Lorvam", mas não omite a passagem, depois da morte do pai, à condição de "Senhora das Olguas de Burguos, onde sem cazar faleceo, e ahy jáas sepultada"<sup>32</sup>. Reproduz o episódio da sua vida relacionado com os seus amores ilícitos, dedicando alguma atenção ao percurso do filho deles resultante<sup>33</sup>, embora conclua que "com tudo esta Ifante Dona Branca foy princesa de muy louvadas virtudes" e acrescente mais à frente que "recolheo algumas filhas do Ifante Dom Affonso de Portugal seu irmam" no seu mosteiro burgalês<sup>34</sup>. Transmite, assim, a ideia de uma infanta que utiliza riquezas e propriedades ao serviço dos membros da sua casa, uma postura senhorial que não anula a intransigente defesa das suas posições no âmbito régio e cortesão<sup>35</sup>), uma actuação moralmente louvável que se tende a sobrepor à memória da transgressão implicada na sua vida amorosa. A crónica dá ainda conta da extensão do património por ela tenazmente defendido nos dois reinos: "teve em Castella boa terra, e neste Reyno boa fazenda", foi "senhora de Monte moor o Velho, por doaçam delRey seu pay, que em seu testamento lhe leyxou mais dez mil livras, que sam quatro mil cruzados, e assi foy senhora de Campo mayor, que ElRey Dom Diniz seu irmam lhe deu em sua vida, e ElRey Dom Affonso deste nome ho Decimo de Castella, seu avoo tambem lhe leyxou em seu testamento muito dinheyro"<sup>36</sup>. Rui de Pina fundamenta as afirmações, mesmo as que não são coincidentes com outros relatos, dizendo que "eu vi Cartas, e Provisões, que ella nos derradeyros dias de sua vida passou para

---

<sup>31</sup> *Crónicas de Rui de Pina*, ed. M. Lopes de Almeida, Porto. Lello & Irmão, 1977, p.175. Cf. Rita Costa Gomes, "Rui de Pina", in *Dicionário da Literatura Medieval...*, pp. 597-598.

<sup>32</sup> *Crónicas de Rui de Pina*, p. 175.

<sup>33</sup> "e della porém se acha que hum Cavalleyro dito ho Carpiteyro ouve hum filho, que ouve nome Dom Joam Nunes do Prado; e este foy Cavalleyro da Ordem de Calatrava, e depois foy Mestre della, quando Dom Guarcia Lopes, que era Mestre, foy por seus desmerecimentos privado de Mestre". - cf. *ibid.*, p. 175.

<sup>34</sup> Cf. *ibid.*, p. 175.

<sup>35</sup> Cf. Ana Maria Oliveira, *op. cit.*, pp. 248-249. Aqui a autora lembra a sua defesa dos direitos e privilégios detidos pelo seu mosteiro, contra as tentativas de os cercar por parte da coroa castelhana, bem como a sua acção no sentido de aumentar o seu património em Portugal, por vezes em troca de missões em nome do rei português, Dinis.

<sup>36</sup> Cf. *ibid.*, p. 175.

Portugal, feytas dentro no Moesteyro das Olgas de Burguos"<sup>37</sup>. Em suma, o autor da crónica traça-lhe um perfil de alguém que é uma clara representante da nobreza senhorial, sem deixar de lhe reconhecer actos pecaminosos e mundanos.

De um modo geral, verifica-se que a cronística medieval portuguesa fixou um retrato de Branca Afonso que corresponde a uma memória letrada do passado peninsular marcado pela recordação das relações luso-castelhanas de fronteira no período da *Reconquista* cristã. Trata-se de uma memória familiar, nobiliárquica e patrimonial, assumindo, duplamente, um carácter senhorial e régio, já que se alicerça em registos oficiais tendentes à autonomização e legitimação das dinastias reinantes, sobretudo quando recentemente fundadas<sup>38</sup>.

Confrontar estas memórias com as fixadas por Garrett no poema *D. Branca*, publicado em 1826<sup>39</sup>, implica dar um salto pelos vários séculos em que ocorreram diversas recomposições do passado relativo ao tema agora em análise<sup>40</sup>. Não as tendo por agora em conta, procuraremos centrar-nos no poema narrativo que, ao revalorizar, visitar e reformular do ponto de vista do campo literário as recém-descobertas raízes medievais, tem sido consensualmente considerado fundador do romantismo literário português, juntamente com o poema *Camões*, que Garrett editou em 1825<sup>41</sup>. Podemos pensar o poema dedicado a Branca Afonso como um espelho da evolução do romantismo: nacionalista e histórico, essencialmente de cunho medievalista, o movimento romântico retomou as origens da literatura oral e tradicional, num processo indissociável do interesse dos seus cultores pela realidade contemporânea<sup>42</sup>. Vejamos então como a construção da memória de Branca Afonso se integrou neste ideário romântico.

<sup>37</sup> Cf. *ibid.*, p. 175.

<sup>38</sup> Para uma explicitação destes conceitos, cf. Luís Krus, "Crónica", *ibid.*, pp. 173-175.

<sup>39</sup> Almeida Garrett. *Dona Branca*. Lello. Porto. s.d. [2ª ed. 1848].

<sup>40</sup> Não sendo o objectivo deste texto analisar essas sucessivas recomposições (que implicariam estudar as relações entre a produção e a apropriação de memórias escritas e da tradição oral.), e face à ausência de um tal trabalho, apenas são avançadas algumas hipóteses de análise de elementos do poema.

<sup>41</sup> Cf. Helena Carvalhão Buescu, "Medievalismo", *Dicionário do Romantismo Literário Português*, coord. Helena Carvalhão Buescu, Lisboa, Editorial Caminho, 1997, p. 310 e Ofélia Paiva Monteiro, "Garrett, (João da Silva Baptista Leitão de) Almeida", in *op. cit.*, p. 205.

<sup>42</sup> Do vasto conjunto de estudos sobre o romantismo português e suas relações com o nacionalismo, ver Fernando Catroga, "Romantismo, literatura e história", in *História de Portugal*, dir. J. Mattoso, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 545-562; Alberto Ferreira, *Perspectivas do romantismo português*. Lisboa, Edições 70, 1971; José Augusto França, *O romantismo em Portugal. Estudos de*

Garrett procurou com o seu poema, de acordo com Teresa Almeida, mergulhar nas raízes do "Portugal cristão e árabe, simbolicamente unido e logo separado por um amor impossível"<sup>43</sup>. A primeira edição do texto, que apresenta ainda o título *D. Branca ou a conquista do Algarve*<sup>44</sup>, ajuda desde logo a remeter para uma leitura do passado que faz convergir duas realidades que estão presentes, mas sem se tocarem, na crónica medieval. Nas crónicas atrás referidas, o envolvimento de Branca Afonso nas relações de fronteira circunscrevem-se sempre a espaços que não incluem o reino do Algarve, não havendo registo de qualquer contacto seu com o contexto islâmico e, muito menos, de um envolvimento amoroso com o último rei mouro de Silves. Tais constatações apenas nos devem alertar para o facto de que é outra a lógica de construção do poema. A evocação do passado e a recomposição da sua memória integra agora elementos de imagens anteriormente fixadas, mas só é compreensível enquanto construção romântica<sup>45</sup>.

O poema incorpora Branca Afonso nos episódios que antecedem, consomem e explicam a queda do reino mouro do Algarve e a sua relativamente rápida e facilitada conquista cristã. Transforma-a, na verdade, em figura chave para a compreensão deste processo, na medida em que por ela se apaixona o rei mouro Aben-Afan<sup>46</sup>. Ao desejá-la, mais do que à conservação do império herdado dos seus antepassados, rapta-a<sup>47</sup> quando se dirige ao mosteiro das Huelgas de

*factos socio-culturais*. Lisboa, Livros Horizonte, 1993 [1974] e José Esteves Pereira, "Nacionalismo (e a teoria política)", in *Dicionário do Romantismo...*, pp. 339-340 e *Idem*, "Liberalismo (e Romantismo)", in *op. cit.*, pp. 264-267. São geralmente breves as referências ao medievalismo, apesar de se reconhecer a centralidade do tema no movimento romântico (cf. Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da história em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996). Estudos mais desenvolvidos podem ser consultados em vários artigos no já citado *Dicionário do Romantismo...* (cf. Helena Carvalhão Buescu, Teresa Almeida ou J. D. Pinto Correia).

<sup>43</sup> Cf. Teresa Almeida, "Poema narrativo", in *Dicionário do Romantismo...*, pp. 423.

<sup>44</sup> Almeida Garrett, *D. Branca ou a conquista do Algarve*, Paris, 1826.

<sup>45</sup> Ouçamos o próprio Garrett, na edição da Lello atrás citada: "Triste realidade da existência./ Esqueleto da vida descarnado./ Que és tu sem as ficções que a embelezam?" - *ibid.*, p. 52.

<sup>46</sup> "Do Algarve d'aquem-mar era o rei jovem./ O belo Aben-Afan" - cf., *ibid.*, p. 64, que "Sentia arrobar-se-me a existência./ E o coração voar-me, como os anjos./ Para a celeste virgem." - cf. *ibid.*, p. 99.

<sup>47</sup> Apesar de o narrador, referindo-se a Branca, começar por questionar se "Irás de imundo harém vítima abjecta./ A prazeres infames, e ao capricho/ De bárbaro senhor jazer escrava?" (*ibid.*, p. 46), conclui que, por certo devido a um encantamento

Burgos, destinada a um casamento místico, a uma vida religiosa<sup>48</sup>. Aben-Afan faz, assim, pender para o campo das emoções (em detrimento das glórias militares) o destino que lhe fora profetizado por uma fada moura, simbolizado no florescimento ou morte, respectivamente, de um ramo de murta ou de louro que sempre acompanham o rei mouro<sup>49</sup>. O momento de suspensão do tempo e evasão para o espaço de um rico palácio encantado onde, como num sonho, vive com a infanta Branca (protótipo da mulher-anjo<sup>50</sup>), corresponde a um feitiço que só será quebrado na noite de S. João por acção de Frei Gil de Santarém, homem instruído nas ciências árabes e profundo conhecedor de saberes médicos<sup>51</sup>. Segundo a ficção garrettiana, o frade intervém devido à opção do rei mouro em sacrificar a vida pelo império – o que acontece, mas sem que a sua morte salve o reino mouro do Algarve<sup>52</sup>.

Branca, salva de uma relação vista por todos como pecaminosa, é então devolvida à família cristã e prossegue o seu destino até Burgos. Reafirmando este desfecho, Garrett fez acompanhar a primeira edição do poema de uma nota em que reafirma o seu catolicismo e esclarece o sentido moral que a obra encerra: "mostrar o castigo do vício, o curto e amargo dos prazeres mundanos, e o triunfo por fim da virtude e da religião"<sup>53</sup>. Mas o autor parece ter feito questão de não remeter o tempo em que se desenrolara a relação com Aben-Afan para uma pura dimensão atemporal que não deixa

("Creras que um encantamento/ .../ Lhe descaírou o coração e os olhos./ Que aos do moíro gentil rendidos tendem." - *ibid.*, p. 47), a infanta se apaixona também: "Branca sorriu. corou... e a seguirolve./ O atrevido imprimiu ósculo ardente/ Na mão de neve. que se entrega ao beijo." (*ibid.*, p. 48).

<sup>48</sup> A inevitabilidade da dedicação de Branca ao amor divino, a Deus, é desde o início prevista pela passagem "Olhos, por quem amor dera o seu trono./ Dera um céu de prazer e de ventura./ Se outro céu, se outro amor já não tomara/ Para si todo, todo esse tesouro:" - *ibid.*, p. 23.

<sup>49</sup> Segundo profetiza uma fada, remetendo a escolha para o rei mouro: "Floresce a murta, sim, e Branca é tua./ Mas seca o loiro, e a tua glória é extinta./ O teu trono caiu, cessou teu reino./ .../ Vence o Deus dos cristãos, e Alá sucumbe." (*ibid.*, p. 84).

<sup>50</sup> Entre muitos outros exemplos, cf. "Tímida e jovem, cândida beldade/ Com alvas, longas roupas, e o véu alvo/ Erguido, que descobre a face angélica./ .../ Essa, essa angústia de inocência, altera/ A suavidade das feições divinas." - *ibid.*, p. 36.

<sup>51</sup> "O sábio Gil, d'alta ciência mestre", cf. *ibid.*, p. 192.

<sup>52</sup> "Mas os destinos/ Nas balanças fáticas pesaram/ A sorte das nações; e o maometano/ Império pende. - Aben-Afan sucumbe./ .../ De novo as Quinas nos torredes tremulam./ E no Algarve d'aquem Afonso impera." - cf. *ibid.*, p. 205.

<sup>53</sup> *Ibid.*, nota única à prefação, p. 230.

vestígios. Apesar de ser uma relação efêmera, porque sustentada pela ilusão dos sentidos<sup>54</sup>, e não destinada à plenitude, deixara profundas marcas na infanta, que enlouquece<sup>55</sup>.

Não existe aqui a pretensão de fazer a genealogia das fontes usadas por Garrett para redigir o poema, até porque ele o assume como ficção (em grande medida fruto da sua imaginação), apesar de serem claros os propósitos de instruir o letrado público do liberalismo. Mas são facilmente distinguíveis dois elementos cuja base foi fixada na cronística medieval, a imagem da infanta e a memória da conquista do Algarve, os quais passam por um processo de recomposição. Os restantes componentes devem-se à recuperação (já iniciada com os trabalhos que viriam a originar a publicação do *Romanceiro* em 1843<sup>56</sup>) das tradições literárias orais e do imaginário popular que integram fadas, mouras encantadas, sonhos, agouros, festas de S. João e outros elementos<sup>57</sup>. Estas são aqui apresentadas como nacionais e autênticas, por oposição às greco-latinas e nórdicas (druídicas), artificialmente cultivadas<sup>58</sup>.

Falando deste poema de Garrett, Sánchez Moguel defende que só o nome da infanta e o facto de ter tido um amante têm veracidade histórica. Chama a atenção para o facto de que foi outro o seu amante, de que não foi prelada do Lorvão, nem abadessa (mas senhora) do mosteiro das Huelgas<sup>59</sup>. É possível detectar muitos outros elementos

<sup>54</sup> "Mas ai fraqueza/ Fatal de nossos míseros sentidos./ Que não vê mais que amor quem amor sente!" - *ibid.*, p. 75.

<sup>55</sup> "As torturas da dor resiste a vida/ Da linda Branca, mas razão lhe fuge./ Por Aben clama, por Aben suspira./" - *ibid.*, p. 206.

<sup>56</sup> Almeida Garrett. *Romanceiro e Cancioneiro Geral*. [3 vols.. 1843. 1851], ed. A. da Costa Dias, Lisboa, 1983. Da extensa bibliografia sobre Garrett, consulte-se a síntese actualizada de Ofélia Paiva Monteiro, "Garrett. (João da Silva Baptista Leitão de) Almeida", in *Dicionário do Romantismo...* pp. 203-210 e a "Introdução" de António José Saraiva a *Camões e D. Branca*, de Garrett, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1970. pp. 5-15. Para uma introdução ao tema do romanceiro ver J. D. Pinto Correia, "Romanceiro", in *Dicionário da Literatura Medieval...* pp. 590-592.

<sup>57</sup> Cf. Helena Carvalhão Buescu, "Imaginário", in *Dicionário do Romantismo...* p. 239.

<sup>58</sup> "Vivam as fadas, seus encantos vivam!/ Nossas lindas ficções, nossa engenhosa/ Mitologia nacional e própria/ Tome enfim o lugar que lhe usurparam/ Na lusitana antiga poesia/ De suas vivas feições, de sua ingénua/ Natural formosura despojada/ Por gregos deuses, por espectros druidicos./ E com postilhas, emprestadas galas/ Arreada sem primor, rica sem arte." (*ibid.*, p. 57). Sobre o posicionamento do autor relativamente a estas matérias ver Ofélia Paiva Monteiro, "Garrett....", in *op. cit.*, p. 205.

<sup>59</sup> Afirmações recuperadas por Gaibrois de Ballesteros. *op. cit.*, tomo II, p. 393, nota g.

ficcionais, mas também vários que têm um fundo de veracidade, não apenas ao nível das personagens (por exemplo, os intervenientes na conquista do Algarve, desde o mestre Paio Peres Correia<sup>60</sup>, ao grupo dos cavaleiros martirizados<sup>61</sup>, passando por S. Frei Gil de Santarém ou pelo próprio Afonso III<sup>62</sup>), mas igualmente no que diz respeito a temas como os conflitos entre a Cristandade e o Islão (e a sua solução<sup>63</sup>), ou entre beneditinos e cistercienses, episódios dos quais ressalta o anti-clericalismo de Garrett, que utiliza a ironia e mesmo o grotesco como instrumentos da sua crítica<sup>64</sup>.

As marcas de contemporaneidade estão presentes em aspectos como a alternância entre o eu e o narrador, confundindo registos temporais<sup>65</sup>, ou no modo como deixa transparecer o estado melancólico a que o reduz o exílio forçado, o que é visível nas saudades das paisagens campestres nacionais (por oposição às urbanas e nórdicas), com os seus "doces climas" e mulheres com cabelos ondedados "com a cor que pôs a noite", propiciando "paixões, cujo incêndio em nossos climas/ É labareda que cintila"<sup>66</sup>. Note-se que os cenários da acção são essencialmente rurais e vistos como belos e imaculados, por oposição à corrupção e pestilência urbana<sup>67</sup>, à excepção das incursões evasivas e quiméricas ao mundo das riquezas urbanas associado aos mouros, as quais se simbolizam no luxuoso palácio encantado e

<sup>60</sup> Apresentado como "o mestre/ De Santiago. ousado cavaleiro./ E o mais valente português que a espada/ Jamais cruzou c'o maometano alfange." (*ibid.*, p. 65), afirmando-se sobre o seu papel na conquista aos mouros que "Do Algarve a capital cede a Dom Paio" (*ibid.*, p. 145).

<sup>61</sup> Cf. *ibid.*, p. 144.

<sup>62</sup> Veja-se, por exemplo, o diálogo entre as duas personagens. *ibid.*, p. 193.

<sup>63</sup> A fraca resistência aos avanços das forças cristãs e a rápida queda do reino mouro do Algarve é traduzida em passagens como "E Aben-Afan com pouca resistência/ Indiferente os vê talar seus campos, /Tomar suas vilas, e arvorar a roxa/ Cruz da espada nas torres e castelos." (*ibid.*, p. 66).

<sup>64</sup> Os cistercienses identificam os beneditinos referindo o "convento rico/ De monges negros" (*ibid.*, p. 10), envolvendo-se em discussões intermináveis ("Levam tempo disputas, e as fradescas/ Mais que nenhuma". diz o narrador - *ibid.*, p. 14). A ironia destes episódios seguem-se peripécias que culminam com a revelação da encarnação do Diabo em frei Soeiro, o cisterciense confessor da infanta - *ibid.*, pp. 172-173.

<sup>65</sup> Veja-se a referência de Garrett ao "bom filósofo Duarte" (*ibid.*, p. 4), o seu amigo Duarte Lessa, ou a afirmação de defesa da mitologia nacional "Não gosto de Irmínsulf's, nem de Teutates" (*ibid.*, p. 54).

<sup>66</sup> Cf. *ibid.*, pp. 54-56.

<sup>67</sup> Cf. a referência ao "hálito pestífero" da "corrupta cidade" (*ibid.*, p. 58).

brilhante, devido às pedras preciosas, sedas, tapetes persas, objectos de ouro e alabastro<sup>68</sup>.

Preocupações oitocentistas surgem também quando Garrett transporta para o poema o seu próprio desencanto face à corrosão do tempo<sup>69</sup> ou as polémicas literárias suas contemporâneas que opõem clássicos e românticos<sup>70</sup>. Os traços característicos do programa destes últimos, cuja defesa o autor assume claramente, revelam-se também na medida em que a escolha de temas históricos, e especialmente medievais, ligados à reflexão em torno das origens da identidade nacional (língua, cultura, estruturas políticas), não pode deixar de ser vista, em si mesma, como uma atitude "prospectiva" tendente à construção de uma nacionalidade<sup>71</sup>.

Estes são alguns dos elementos que configuram esta memória romântica, valorizadora dos contactos entre a Cristandade e o Islão e personificada numa figura feminina agora individualizada pelas suas emoções e vivência da religiosidade, aspectos que têm na sua origem a recuperação e reconstituição de uma memória oral, popular e campesina da *Reconquista*<sup>72</sup>, que funciona como "conflitual", "alternativa", e mesmo "anti-senhorial", relacionada com as concepções subsumidas na estrutura do "tempo dos mouros"<sup>73</sup>. Tempo de liberdades individuais, de quebra de interditos e rápida perda dos bens fugazes. Os momentos de encantamento, de suspensão da ordem

<sup>68</sup> Cf. *ibid.*, p. 61, 63 e 73.

<sup>69</sup> Atente-se em expressões reveladoras de uma visão nostálgica do passado e do presente enquanto queda, tais como "contar-te a história/ Dos bons tempos que foram." (*ibid.*, p. 4), ou, referindo-se aos "contos lindos," "Que às longas noites de comprido Inverno/ Nossos avós felizes entretinheis" (*ibid.*, p. 52), acrescentar que eram "magas ilusões, porque não posso/ Crer-vos eu co'a fé viva douta idade" (*ibid.*, p. 53). Ou ainda no comentário a propósito de Sagres: "Ali foi o berço da lusa glória.../ .../ Dessa glória defunta.", "Viandante, não vejas esse opóbrio/ Da nação que a primeira foi no mundo/ Em nobrezas - outrora... hoje - em miséria." - *ibid.*, pp. 58-59.

<sup>70</sup> "- Disputa sine fine travariam/ Sobre ele as duas bélicas falanges/ Que ora na arena literária pugnam./ E aos grasnantes jornais dão tema eterno/ Paea encher as políticas lacunas./ Já se vê que de clássicos, românticos./ Guelfos das letras, gibelinos da arte/ Falar entendo:..." - *ibid.*, p. 62.

<sup>71</sup> Cf. Helena Carvalhão Buescu, "Medievalismo", *op. cit.*, p. 310.

<sup>72</sup> Repare-se em expressões como "Rumor havia/ Entre o povo que um dia..." (*ibid.*, p. 64), neste caso a propósito do episódio em que o rei mouro se confronta com a revelação do seu destino e da margem de livre arbitrio que lhe assiste.

<sup>73</sup> Estes conceitos são apresentados e desenvolvidos por Luis Krus, "Tempo de Godos e tempo de Mouros: as memórias da *Reconquista*", in *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*, Redondo, Patrimónia, 1994, p. 126.

e da previsibilidade do destino são, assim, um roubo do que é de Deus<sup>74</sup>. Em consequência, são aqui apresentados, como vimos, como acção diabólica cujo fim implica restituir a ordem divina e reentrar na história - o que é simbolizado pelo prosseguimento da viagem da infanta Branca para o mosteiro de Burgos. Tratava-se de um tempo irreal (ou que toma a fantasia por realidade), portanto, não dominado pela história<sup>75</sup>, mas por ela recuperado, por via do romantismo.

Não procurando ainda caracterizar os dois tipos de memória relativos à infanta, a medieval e a oitocentista, talvez seja útil recordar duas características de Branca Afonso presentes nas crónicas. Em primeiro lugar, a sua condição de personagem de fronteira, contemporânea tanto de Alcanices, como da fixação do limite meridional do território português, isto é, da conquista do Algarve aos mouros. Simultaneamente, considerem-se as menções ao seu envolvimento amoroso com um homem de quem terá tido um filho ilegítimo, dois aspectos da sua conduta pessoal cobertos de um certo secretismo e criticados pela moral cristã, tendo possivelmente estado na origem das insistências para que professasse a vida religiosa e restaurasse uma existência ligada a uma conduta desregrada aos olhos da sociedade cristã.

É possível que Garrett tivesse encontrado inspiração para o seu poema na convergência destes elementos, mas fê-lo numa altura em que o sentido e a função de revisitar o passado, neste caso, os primórdios da construção dos estados nacionais, não consistia já em fortalecer e legitimar a construção da identidade portuguesa ( aqui simbolizada no Lorrvão) face a Castela (representada pelo mosteiro de Burgos). Não eram já privilegiados os registos letrados nobiliárquicos, senhoriais ou régios, os quais acentuavam aspectos políticos e diplomáticos relevantes para a consolidação do poder de famílias nobres ou reais.

Isto não implicou esquecer essa imagem do passado, mas incorporá-la por via da recuperação de fontes oriundas da tradição

---

<sup>74</sup> Joaquim Pais de Brito, num estudo sobre os tesouros das mouras encantadas, lembra que "É neste desejo de iludir e vencer o tempo, nesta pulsão de liberdade, que melhor se configura o risco de desordem" e que o roubo do tempo, património de Deus, é obra do Diabo (ou do usurário, no contexto dos debates sobre a usura no mundo católico, estudados por Jacques Le Goff) - cf. J. Pais de Brito, "Tesouros: o passado, o presente e o risco de desordem", in *Actas do Encontro "A construção social do passado"*, 27 e 28 Nov. 1987, Lisboa, Associação de Professores de História, 1992, pp. 337-354.

<sup>75</sup> "...o tempo dos Mouros é um tempo de oportunidade individual e associada a experiências de fracasso: um tempo ilusório, quimérico, não domesticado e controlado pela história" - cf. Luís Krus, *op. cit.*, p. 126.

oral. Nelas encontrou um imaginário popular que permitiu descobrir outras memórias que radicam na medievalidade e que foram construídas segundo uma lógica própria. As regras da coerência interna deste registo não afastam (antes cultivam) a fantasia e, mesmo que indirecta ou secundariamente, pode dizer-se que nele se encerra uma perspectiva explicativa de acontecimentos históricos como a conquista do Algarve muçulmano.

Vejam os alguns exemplos de como estes elementos estão presentes no poema *D. Branca*, tomando como ponto de partida os dois conflitos essenciais da narrativa: aquele que nas duas personagens principais (Branca e Aben-Afan) opõe o amor e as crenças religiosas, e, por outro lado, o que é representado pela guerra entre o Portugal cristão e o Algarve muçulmano pela posse desta porção do sul da península. Em termos simbólicos, podem ser vistos como traduções de um único conflito, típico do eu romântico: o que transforma os sujeitos individuais e colectivos em palcos de lutas entre a razão e a emoção.

Romântico e anti-clerical, Garrett não deixa de eleger a conformidade com os princípios do catolicismo (e a derrota do Islão) como fundamento do desfecho a dar aos dois episódios. Ao envolver os dois amantes num amor impossível, porque pecaminoso<sup>76</sup>, o autor não se limita a fazer ecoar a infanta retratada nas crónicas. Por via do desfecho que consuma, simultaneamente, a separação dos protagonistas e a perda do reino por parte de Aben-Afan, Garrett acaba por introduzir uma causa de natureza sentimental para a derrota política e militar. Fá-lo de um modo que permite fundar esta concepção romântica em memórias da *Reconquista* compostas e transmitidas pela tradição oral. O desfecho do conflito precipita-se na noite de S. João (à meia-noite)<sup>77</sup>, quando o rei mouro decide abandonar Branca e dar a vida pela sobrevivência do seu reino. Quebra-se então o encantamento que unia o casal, ocorrendo simultaneamente a libertação de Branca e a de Silves<sup>78</sup>.

Na impossibilidade de analisar o vasto conjunto de referências que o texto reconfigura a partir do imaginário popular, vejamos como este episódio central para a economia da narrativa permite aceder a uma imagem particular do fim do domínio

<sup>76</sup> Branca diz a Aben-Afan: "Sei que te amo, conheço que impossível/ Me é não te amar: mas meu amor é crime" - *ibid.*, p. 76.

<sup>77</sup> "Da noite de São João!/ Que se quebra o encantamento/ Ao pino da meia-noite:/ Ao cantar do galo preto/ Se acaba o encantamento." - *ibid.*, p. 80.

<sup>78</sup> "a mesma hora/ Que vir Silves em mãos de portugueses,/ Verá Branca liberta. e Aben punido." - *ibid.*, p. 193).

muçulmano do Algarve. Garrett serve-se de um tempo pleno de significados. A noite de S. João é uma festividade popular propícia, segundo as lendas, à quebra dos encantamentos a que os reis mouros sujeitaram as suas filhas, deixando-as como guardiãs dos seus tesouros. Assim teriam procedido ao serem subitamente obrigados a partir para o Norte de África, procurando em breve regressar com reforços para libertar o Algarve do domínio cristão. Podemos encontrar nestas lendas relacionadas com as mouras encantadas (e com os momentos em que pode quebrar-se o seu encantamento, por acção de um herói que se submeta a determinadas provas) várias ressonâncias, transpostas para o imaginário popular, dos contactos entre elementos das duas civilizações, bem como da recomposição, operada pela memória campesina, de elementos como a imagem relativamente positiva dos mouros e da sua cultura<sup>79</sup>. Detectamos ainda vestígios da perplexidade sentida pela rápida queda do reino do Algarve (aparentemente sem resistência), cuja explicação as lendas remetem para a referida fuga.

A centralidade que o elemento mouro adquire nesta narrativa poderá ter origem, entre outros aspectos, no fascínio exercido por vários aspectos de superioridade daquela civilização, bem como pela relativa proximidade que foi sendo mantida entre os camponeses e os mouros ao longo da Idade Média, uma vez que eles próprios eram essencialmente camponeses e pobres (ao contrário da outra minoria étnico-religiosa, os judeus, cuja imagem na literatura oral é bastante mais negativa).

O que parece claro, no quadro da construção oitocentista de uma imagem da fase final da *Reconquista* aqui analisada, é que o deslocamento, relativamente à memória cronística, para o âmbito das relações do campo cristão com o elemento islâmico é sintomático do processo de construção da memória das origens da nacionalidade pelo qual a primeira geração do liberalismo romântico português projectou a constituição de uma identidade.

Procurando confrontar as memórias de Branca Afonso registadas nos dois períodos referidos, na medievalidade e no romantismo, encontramos como traço comum a construção de imagens de

---

<sup>79</sup> A imagem do mouro foi objecto de várias recomposições ao longo dos séculos, sendo parte integrante desse processo de complexificação uma certa negativização operada com o avanço turco para a Europa no século XVI. Também no texto de Garrett deparamos com uma representação contraditória, que inclui o "bárbaro" (*ibid.*, p. 46), o inimigo "valente" e "ousado" (*ibid.*, p. 17) e o "rei moço, tão querido, / Tão leal, tão gentil, tão cavaleiro/" (*ibid.*, p. 68).

uma mesma mulher de fronteira. Mas são diferentes os olhares daqueles que interpretaram a personagem. Interrogar os processos de construção da memória constitui um meio de tornar mais conscientes as diferenças existentes no olhar de quem regista acontecimentos (políticos ou outros), de quem molda interpretações de vários contextos, de quem configura imagens de personagens históricas.

## BIBLIOGRAFIA

### FONTES

- "Argumento da Ópera D. Branca", in *Argumentos de Ópera*, música de Alfredo Keil, Teatro S. Carlos, Lisboa, Typ. Lisbonense, Lisboa, 1888, fls. 13-13v.
- Crónica Breve do Arquivo Nacional*, ed. Fernando Venâncio Peixoto Fonseca, separata do "Boletim de Trabalhos Históricos", vol. XXXVII (Separata), Guimarães, 1986.
- Crónica dos sete primeiros reis de Portugal*, ed. C. da Silva Tarouca, vol. I, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1952-1953.
- Crónicas de Rui de Pina*, ed. M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1977.
- Crónica Geral de Espanha de 1344*, ed. L. Lindley Cintra, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983-1990.
- IV Crónica Breve de Santa Cruz*, ed. António Cruz, in *Anais, Crónicas Breves e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, ed. António Cruz, Porto, 1968.
- Garrett, Almeida, *Dona Branca*, Lello, Porto, s.d. [2ª ed. 1848].

### Estudos

- Amado, Teresa, *Fernão Lopes, contador de História*, Lisboa, Editorial Estampa, 1991.
- Beirante, Maria Ângela, *As estruturas sociais em Fernão Lopes*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984.
- Brito, Joaquim Pais de, "Tesouros: o passado, o presente e o risco de desordem", in *Actas do Encontro "A construção social do passado"*, 27 e 28 Nov. 1987, Lisboa, Associação de Professores de História, 1992, pp. 337-359.

- Catroga, Fernando, "Romantismo, literatura e história", in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 545-562.
- Coelho, Maria Helena da Cruz e Leontina Ventura, "A mulher como um bem e os bens da mulher", in *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais. Actas do colóquio*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social - Faculdade de Letras, 20-22 Março 1985, pp. 51-90.
- Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. e coord. Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa, Editorial Caminho, 1993.
- Dicionário do Romantismo Literário Português*, coord. Helena Carvalhão Buescu, Lisboa, Editorial Caminho, 1997.
- Ferreira, Alberto, *Perspectivas do romantismo português*, Lisboa, Edições 70, 1971.
- França, José Augusto, *O romantismo em Portugal. Estudos de factos socio-culturais*, Lisboa, Livros Horizonte, 1993 [1974].
- Gaibrois de Ballesteros, Mercedes, *Sancho IV de Castilla*, 3 vols., Madrid, Revista de Archivos, Bibliotecas e Museos, 1922.
- Gomes, Rita Costa, "A construção das fronteiras", in *A memória da nação. Colóquio realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, 7-9 Outubro 1987*, org. F. Bethencourt e D. Ramada Curto, Lisboa, Liv. Sá da Costa Editora, 1991, pp.357-382.
- Krus, Luís, "Tempo de Godos e tempo de Mouros: as memórias da Reconquista", in *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*, Redondo, Patrimónia, 1994, pp. 103-127.
- Krus, Luís, *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico. Geografia dos livros de linhagens medievais portuguesas (1280-1380)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994 .
- Marques, A. H. de Oliveira, "Historiografia. Na Idade Média", in J. Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, pp. 418-420.
- Mattoso, José, *A monarquia feudal (1096-1480)*, *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.136-137.
- Mattoso, José, "A mulher e a família", in *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais. Actas do colóquio*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social - Faculdade de Letras, 20-22 Março 1985, pp. 35-49.
- Oliveira, Ana Maria, *As representações da mulher na cronística medieval portuguesa. Séculos XII a XIV*, Dissertação de

- Mestrado em História Medieval, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997.
- Rodríguez López, Amancio, *El Real Monasterio de las Huelgas de Burgos y el Hospital del Rey. Apuntes para su historia y colección diplomática con ellos relacionada*, tomo II, Burgos, Librería Eusterio Rodríguez, 1907.
- Salvador de Moxó, "La sociedad política bajo Alfonso XI", in *Cuadernos de Historia*, Anexos de la Revista *Hispania*, vol. VI, Madrid, Instituto Jerónimo Zurita, CSIC, 1975, pp. 187-326.
- Sagredo Fernández, *Doña Blanca de Portugal (1295-1321). Señora del Real Monasterio de Las Huelgas de Burgos y de la villa de Briviesca*, Burgos, 1973.
- Saraiva, António José, "Introdução" in Almeida Garrett, *Camões e D. Branca*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1970, pp. 5-15.
- Sánchez Moguel, *Reparaciones históricas*, Madrid, 1894.
- Torgal, Luís Reis, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da história em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.
- Ventura, Leontina, *A nobreza de corte de Afonso III*, Dissertação de Doutoramento, vol. 2, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1992.
- Ventura, Leontina e Armando Luís de Carvalho Homem, *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325). Do condado Portucalense à crise do século XIV*, coord. M. H. da Cruz Coelho e A. L. de Carvalho Homem, *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III, Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 123-163.

